



Demonstrações Contábeis Regulatórias

Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente



LEST

TRANSMISSÃO
DE ENERGIA



Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A

Demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933/2021, de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A companhia Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 28 de março de 2023.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatória, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatória representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos', is written over a faint, light blue circular stamp.

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - RJ093771/O

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.195	10.503
Contas a receber de clientes	5	5.365	4.150
Tributos a recuperar	6	1.259	847
Adiantamentos diversos		-	94
Despesas antecipadas		122	128
Depósitos judiciais e cauções		5	5
Total do Ativo Circulante		25.946	15.727
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	6	112	112
Imobilizado	7	307.907	317.476
Intangíveis	8	7.222	7.222
Total do Ativo Não Circulante		315.241	324.810
Total do Ativo		341.187	340.537
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	8.469	8.757
Impostos corrente a pagar	10	377	346
Obrigações trabalhistas e sociais		-	250
Encargos setoriais	11	449	288
Empréstimos	12	6.108	5.565
Debêntures	13	437	-
Dividendos a pagar	14	8.602	72.168
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	15.1	570	438
Provisão contingente	17	357	868
Outros passivos circulantes		-	2
Total Passivo Circulante		25.369	88.682
Não Circulante			
Empréstimos	12	210.349	218.714
Debêntures	13	36.065	34.625
Total Passivo Não Circulante		246.414	253.339
Patrimônio Líquido			
Capital social	16.1	148.043	70.875
Reserva legal	16.2	10.828	9.017
Reserva de lucros	16.3	113.632	97.554
Prejuízos acumulados	16.3	(203.099)	(178.930)
Total Patrimônio Líquido		69.404	(1.484)
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		341.187	340.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	18	56.761	52.566
Custos dos bens construídos e serviços prestados	19	(14.555)	(15.940)
Resultado operacional bruto		42.206	36.626
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	20	(2.177)	(5.736)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		40.029	30.890
Despesas financeiras	21	(27.130)	(32.753)
Receitas financeiras	21	1.470	645
Resultado financeiro líquido		(25.660)	(32.108)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		14.369	(1.218)
Contribuição social	15	(778)	(656)
Imposto de renda	15	(1.539)	(1.245)
Resultado líquido do exercício		12.052	(3.119)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (Prejuízo) do exercício	12.052	(3.119)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do exercício	12.052	(3.119)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Reserva de lucros	Reserva legal	Resultado do exercício	Total
Saldo em 01 janeiro 2021	70.875	(175.979)	105.932	9.017	-	9.845
Resultado do exercício	-	-	-	-	(3.329)	(3.329)
Constituição de reservas	-	378	(378)	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	(8.000)	-	-	(8.000)
Prejuízo do exercício	-	(3.329)	-	-	3.329	-
Saldo em 31 dezembro 2021	70.875	(178.930)	97.554	9.017	-	(1.484)
integralização de capital	77.168	-	-	-	-	77.168
Resultado do exercício	-	-	-	-	12.052	12.052
Constituição de reservas	-	(27.619)	25.808	1.811	-	-
Dividendos pagos	-	-	(9.730)	-	-	(9.730)
Dividendos propostos	-	(8.602)	-	-	-	(8.602)
Absorção prejuízo acumulado	-	12.052	-	-	(12.052)	-
Saldo em 31 dezembro 2022	148.043	(203.099)	113.632	10.828	-	69.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição social	14.369	(1.218)
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>		
Depreciação / Amortização	9.565	9.040
Juros sobre empréstimos tomados	18.774	27.188
Juros sobre debêntures tomados	3.737	5.434
Baixa de Imobilizado	9	-
Provisão (reversão) de contingências	(511)	869
Rendimento sobre aplicação financeira	(1.470)	(645)
	44.473	40.667
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(1.215)	(323)
Depósitos judiciais e cauções	-	(5)
Adiantamentos	94	-
Despesas antecipadas	6	(128)
Tributos a recuperar	(650)	(421)
Outros ativos	-	(89)
Fornecedores e outras contas a pagar	(287)	4.820
Impostos correntes a pagar	(36)	(1.901)
Obrigações Trabalhistas e Sociais	(185)	-
Encargos setoriais	161	-
Outros passivos	2	200
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.949)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	40.414	42.820
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	5.000	-
Aquisição de imobilizado	(6)	(20.681)
Aplicações financeiras e recursos financeiros	1.470	645
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	6.464	(20.036)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal – Empréstimos e debentures	(5.571)	(1.804)
Juros pagos de empréstimos	(21.025)	(27.030)
Juros pagos de debêntures	(1.860)	-
Dividendos pagos	(9.730)	(14.000)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(38.186)	(42.834)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	8.692	(20.050)
Varição do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	10.503	30.553
No final do exercício	19.195	10.503
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	8.692	(20.050)

As notas explicativas parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de fevereiro de 2016 e domiciliada na Avenida Pasteur, 110/ Sala 945, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6-13 do Edital do leilão nº 05/2016-ANEEL.

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 24 de abril de 2017, a Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., denominada Concessionária de transmissão, com a interveniência e anuência da Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 59,99% de suas ações ordinárias, da Vinci Infra Coinvestimento | Fundo de investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 40% de suas ações ordinárias, e da CMN Solutions A026 Participações S.A. detentora de 0,01% de suas ações ordinárias, foi declarada vencedora do Leilão Público n.º 005/2016-ANEEL, realizado pelo BM&FBOVESPA.

Em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 033/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos.

As instalações de transmissão nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, são compostas pela Linha de Transmissão Paulo Afonso IV - Luiz Gonzaga, bloco I, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 38 km, com origem na Subestação Paulo Afonso IV e término na Subestação Luiz Gonzaga; pela Linha de Transmissão Xingó - Jardim, em 500 kV, bloco II, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 160 km, com origem na Subestação Xingó e término na Subestação Jardim; entrada de linhas, interligação de barramentos, equipamentos de compensação reativa; conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica-- Continuação

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

- i) Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;
 - ii) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
 - iii) Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;
 - iv) Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;
 - v) Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;
 - vi) Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e
 - vii) Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o
- vii) órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica-- Continuação

nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Em maio de 2019, a Companhia concluiu a fase de construção e entrou em operação. Devido a eficiência na construção das linhas de transmissão, a disponibilidade ocorreu 28 meses antes do prazo exigido pela ANEEL.

1.3. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

2.1. Declaração de Conformidade

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual da Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, de 28 de maio de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações financeiras estatutárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras regulatórias da Companhia.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leito, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela diretoria em xx de xxxxx de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Novos pronunciamento técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo *IASB International Accounting Standards Board*, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa das Demonstrações Contábeis Regulatórias de 31 de dezembro de 2022.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis Regulatórias são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

3. Principais práticas contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

Dado o não posicionamento da ANEEL quanto a adoção e convergência dos Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, bem como quanto ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) (Correlação às Normas Internacionais de

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contabilidade – IFRS 16), com vigência a partir de janeiro de 2019, além das particularidades entre a contabilidade regulatória e a contabilidade societária prevista no MCSE. As práticas contábeis utilizadas são as mesmas descritas no item 3 das Demonstrações financeiras, exceto quanto ao se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Companhia contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: São representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Juros e encargos financeiros: são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação.

3.1. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração – são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual,

essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente – para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas,

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração – CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.
--	--

3.2 Instrumentos financeiros--continuação

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o

3.2 Instrumentos financeiros--continuação

valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2022, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reconhecimento inicial e mensuração – os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente – a mensuração de passivos financeiros é como segue:

3.2 Instrumentos financeiros—continuação

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado – passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado – após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.4. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

I – metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
- b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;"

3.5. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.7. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.8. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.9. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

3.10. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

3.12. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3.13. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor.

3.14. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Banco	107	234
Aplicação financeira (i)	19.088	10.269
Total	19.195	10.503

(i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Itaú High Grade RF Crédito Privado e Itaú Corp Plus RF Referenciado DI – FIC) e pelo Banco do Nordeste (BNB Institucional FI RF), que tiveram no ano de 2022, remuneração média referenciada ao CDI de 96,75% (2021 90%). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Concessionárias e permissionárias (a)	5.365	4.150
Total	5.365	4.150

(a) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$ 491 mil em 05/01/2023, R\$ 516 mil em 15/01/2023, R\$ 3.868 mil em 25/01/2023 e R\$ 490 mil em 05/02/2023. A Administração acredita que não há Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), visto que não houve mudança significativa nos valores contábeis dos instrumentos financeiros.

6. Tributos a recuperar

Os saldos de tributos a recuperar são compostos pelas contas abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda	378	-
Imposto de renda retido na fonte	237	452
Contribuição social	76	-
Contribuição social retida	54	64
PIS retido	91	60
COFINS retido	422	270
ICMS	112	112
Imposto pago a maior ou indevidamente	1	1
Total	1.371	959
Total circulante	1.259	847
Total não circulante	112	112

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto de alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição do imobilizado em 2022 é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço – R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (B)	Baixas (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Transmissão										
Edificações e benfeitorias - em serviço	3,55%	609	-	-	-	609	-	(46)	563	580
Máquinas e equipamentos - em serviço	3,63%	327.881	-	(22)	-	327.859	(22)	(20.550)	307.309	316.860
Administração										
Máquinas e equipamentos - em serviço	20,00%	29	-	(29)	-	-	(29)	-	-	27
Equipamentos de informática - em serviço	20,00%	-	6	51	-	57	57	(22)	35	-
Subtotal		328.519	6	-	-	328.525	6	(20.618)	307.907	317.467
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (B)	Baixas (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Depreci. / Amort. Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Transmissão										
Material em depósito - sobressalentes	0,00%	9	-	-	(9)	-	(9)	-	-	9
Subtotal		9	-	-	(9)	-	(9)	-	-	9
Total do Ativo Imobilizado		328.528	6	-	(9)	328.525	(3)	(20.618)	307.907	317.476

O valor líquido do ativo imobilizado é como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Em serviço					
Transmissão					
Edificações e benfeitorias - em serviço	3,55%	609	(46)	563	580
Máquinas e equipamentos - em serviço	3,63%	327.859	(20.550)	307.309	316.860
Subtotal		328.468	(20.596)	307.872	317.440
Administração					
Equipamentos de informática - em serviço	20,00%	57	(22)	35	-
Subtotal		57	(22)	35	-
Em curso					
Transmissão					
Material em depósito – sobressalentes	0,00%	-	-	-	9
Subtotal		-	-	-	9
Total		328.525	(20.618)	307.907	317.449

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

A composição do intangível em 2022 é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Taxas anuais médias de amortização	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (B)	Baixas (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Amortização Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo Intangível em Serviço										
Transmissão										
Servidões	0,00%	7.222	-	-	-	7.222	-	-	7.222	7.222
Subtotal		7.222	-	-	-	7.222	-	-	7.222	7.222

O valor líquido do ativo intangível é como segue:

Transmissão	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2022 Bruto	Amortização Acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Em serviço					
Servidões	0,00%	7.222	-	7.222	7.222
Subtotal		7.222	-	7.222	7.222
Em curso					
Servidões	0,00%	-	-	-	-
Subtotal		-	-	-	-
Total		7.222	-	7.222	7.222

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

Os saldos de fornecedores são compostos pelas contas abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
O&M	415	369
Materiais	348	450
Serviços de terceiros	65	102
Aluguel	15	-
Outros	80	61
Provisão de custo de construção (a)	7.546	7.775
Total	<u>8.469</u>	<u>8.757</u>

(a) Refere-se a itens pendentes do contrato de construção que ainda não foram realizados.

10. Impostos correntes a pagar

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Retidos a recolher	37	37
PIS a recolher	37	30
COFINS a recolher	172	137
ICMS a recolher	2	6
ISS a recolher	121	129
INSS a recolher	8	7
Total	<u>377</u>	<u>346</u>

11. Encargos setoriais

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	41	35
Ministério de Minas e Energia	20	18
Pesquisa e Desenvolvimento	369	215
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica	19	20
Total	<u>449</u>	<u>288</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos

Movimentações contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	31/12/2022	31/12/2021	Encargos	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) ⁽¹⁾
			Financeiros Anuais			
Financiamento BNB (i)	216.457	224.279	24.173	15/11/2038	Mensal	IPCA + 3,3467%

- (i) Contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste (BNB), número 5.2018.905.5889 no valor de R\$ 211.352.890,52 celebrado em 11 de outubro de 2018, garantido por fiança bancária emitida pelo Itaú BBA em 30 de abril de 2019, a qual foi renovada até 18 de janeiro de 2024. O empréstimo possui cláusulas de vencimento antecipado não vinculadas ao desempenho financeiro da companhia. Em 31 de dezembro de 2022 não havia parcelas inadimplidas.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir :

	Saldo em 31/12/2021	Despesa de Juros	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	Saldo em 31/12/2022
Financiamento BNB	224.279	18.774	(5.571)	(21.025)	216.457
Total	224.279	18.774	(5.571)	(21.025)	216.457
Total circulante	5.565				6.108
Total não circulante	218.714				210.349

Os financiamentos têm seus vencimentos assim programado:

	31/12/2022
2023	6.108
2024	6.932
2025	7.590
2026	7.560
2027 a 2041	188.267
	216.457

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Debêntures

Movimentações contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	31/12/2022	31/12/2021	Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros)⁽¹⁾
1ª Emissão de Debêntures (a)	36.502	34.625	4.645	15/03/2034	Semestral	IPCA + 5,3649%

Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, emitida em 16 de setembro de 2019 no valor total de R\$ 27.000.000. Recursos utilizados em despesas relativas à implantação das linhas de transmissão. Amortizações semestrais com primeira parcela em 15 de setembro de 2023.

Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas, inexistindo evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Despesa de Juros	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	Saldo em 31/12/2022
1ª Emissão de Debêntures	34.625	3.737	-	(1.860)	36.502
Total	34.625	3.737	-	(1.860)	36.502
Total circulante	-				437
Total não circulante	34.625				36.065

O financiamento têm seu vencimento assim programado:

	31/12/2022
2023	437
2024	1.020
2025	1.457
2026	1.603
2027 a 2041	31.985
	36.502

14. Partes relacionada

Segue abaixo a movimentação dos dividendos a pagar:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2021	Dividendos propostos	Transferência	Capitalização de dividendos	Saldo em 31/12/2022
V2I Energia S.A.	36.012	-	(36.012)	-	-
Vinci Transmissão FIP	21.694	-	-	(21.694)	-
Vinci Coinvestimento FIP	14.462	-	-	(14.462)	-
Sertões Holding S.A.	-	8.602	36.012	(36.012)	8.602
Total	72.168	8.602	-	(72.168)	8.602

Em 14 de novembro de 2022 a investidora V2I Energia S.A. transferiu 88,32% das suas ações para empresa Sertões Holding S.A., ainda em 2022, em 23 de dezembro, a V2I transferiu todas as suas ações restantes para empresa Sertões Holding S.A., desta forma a empresa Sertões Holding S.A. passa a deter 100% de controle da Lest.

Em 23 de dezembro os acionistas aprovaram o aumento de capital em R\$72.158 que foi integralizado com o saldo de dividendos a pagar em 31/12/2021.

15. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro presumido		
Receita anual permitida	56.928	53.403
Receita CDE	2.826	1.977
Receita operacional	59.754	55.380
Base presunção IRPJ 8%	4.780	4.430
Base presunção CSLL 12%	7.170	6.646
Receitas financeiras	1.470	645
IRPJ		
Base de IRPJ lucro presumido	6.250	5.075
Despesa de IRPJ	(1.539)	(1.245)
CSLL		
Base de CSLL lucro presumido	8.640	7.291
Despesa de CSLL	(778)	(656)
Total de despesas IRPJ/CSLL	(2.317)	(1.901)

15.1. Imposto de renda e contribuição social a pagar

A movimentação de IRPJ e CSLL estão demonstradas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo inicial dos impostos a pagar	(438)
Impostos calculados	(2.317)
Impostos compensados	236
Impostos pagos	1.949
Saldo final dos impostos a pagar	(570)

16. Patrimônio Líquido

16.1. Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é representado somente por ações ordinárias, da seguinte forma:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Sertões Holding	90.435.006	148.043	100%	-	-	-
V2I Transmissão de Energia S.A	-	-	-	70.875.044	70.875	100%
	90.435.006	148.043	100%	70.875.044	70.875	100%

Houve aumento de capital aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de setembro de 2022 no valor de R\$ 5.000, com a consequente emissão 5.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente subscrita e integralizada na data.

Em 14 de novembro de 2022 a companhia V2I Energia S.A. transferiu 88,32% das ações que detinha sobre a empresa LEST para a companhia Sertões em contrapartida a subscrição e integralização de capital na Companhia.

Em 23 de dezembro de 2022 houve um novo aumento de capital no valor de R\$72.168, com a consequente emissão 14.559.962 de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente subscrita e integralizada na data.

Na mesma data a companhia V2I transferiu o restante das ações que detinha sobre a LEST para a companhia Sertões em contrapartida a subscrição e integralização de capital na Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.2. Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado líquido do exercício societário	36.221	(378)
Reserva legal 5%	1.811	-
Reserva legal anos anteriores	9.017	9.017
Reserva legal do exercício	1.811	-
Total	<u>10.828</u>	<u>9.017</u>

16.3. Reserva de retenção de lucros

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Conforme divulgado no estatuto social da Companhia, “do saldo, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendos mínimo obrigatório”.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício societário	36.221	(378)
(-) Reserva legal 5%	(1.811)	-
Base para dividendos	34.410	(378)
Alíquota	25%	25%
Dividendos propostos	<u>8.602</u>	<u>-</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reserva de retenção de lucros

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício societário	36.221	(378)
Reserva legal 5%	(1.811)	-
Dividendos	(8.602)	-
Reserva de lucro anos anteriores	97.554	105.392
Constituição da reserva de lucro	25.808	-
Absorção da reserva de lucro com prejuízo	-	(378)
Dividendos pagos	(9.730)	(8.000)
Total	<u>113.632</u>	<u>97.554</u>

Prejuízos acumulados

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	(178.930)	(175.979)
Lucro (prejuízo) do exercício regulatório	12.052	(3.119)
Constituição (reversão) da reserva de lucros	(25.808)	378
Constituição da reserva legal	(1.811)	-
Dividendos	(8.602)	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	(210)
Saldo final	<u>(203.099)</u>	<u>(178.930)</u>

Lucro por ação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	36.221	(379)
Lucro por ação	0,4005	(0,0053)

17. Provisão contingente

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão contingência civil	357	868
Total	357	868

Em 31 de dezembro de 2022 a Lest possui 8 processos de contingência passiva na área cível. A Diretoria acredita que há prognóstico possível de perda, totalizando o valor de R\$17, baseado no parecer emitido pelos advogados.

18. Receita operacional líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é assim demonstrada:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita anual permitida	56.928	53.404
Receita CDE	2.826	1.977
Encargos do consumidor	(812)	(794)
PIS sobre faturamento	(388)	(360)
COFINS sobre faturamento	(1.793)	(1.661)
Total	56.761	52.566

(*) Gross up é um termo técnico utilizado para reajuste de base de cálculo, a fim de identificar o valor bruto.

19. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os saldos dos custos e despesas operacionais especificados na Demonstração de resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gosto.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Materiais	(183)	(83)
Custo com serviços tomados	(4.740)	(5.215)
Custo com depreciação e amortização	(9.545)	(9.038)
Custo com baixa imobilizado	(9)	
Demais custos	(78)	(1.604)
Total	(14.555)	(15.940)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Outras despesas e receitas operacionais

Os saldos do resultado financeiro são compostos pelas contas abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas com pessoal	(252)	(2.719)
Serviços de terceiros tomados	(1.415)	(2.132)
Depreciação e amortização	(20)	(2)
Outras despesas operacionais	(490)	(883)
Total	(2.177)	(5.736)

21. Resultado financeiro

Os saldos do resultado financeiro são compostos pelas contas abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Tarifas	(73)	(146)
Multa e Juros	(9)	(69)
IOF	(48)	(9)
Serv. Bancários	(4.489)	(3.260)
Juros s/ financiamentos	(18.774)	(23.384)
Multa s/ atos de infração	-	(451)
Juros s/ debêntures	(3.737)	(5.434)
Despesas financeiras	(27.130)	(32.753)
Receitas sobre aplicação financeira	1.470	645
Receitas financeiras	1.470	645
Resultado financeiro	(25.660)	(32.108)

22. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado	Nível	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalente de caixa	2	19.195	10.503
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	2	5.365	4.150

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos	2	216.457	224.279
Debêntures	2	36.502	34.625
Fornecedores	2	8.469	8.757

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 — preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 — preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 — ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

22.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão — TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo nos e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, O índice de endividamento é de 1,92887% em 31 de dezembro de 2022.

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices,

até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa



Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

23. Seguro

	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Seguro Tokio Marine (a)	Risco Operacional	70.000	08 de maio de 2022 até 08 de maio de 2023
Chubb Seguros Brasil (b)	Responsabilidade Civil Geral	20.000	07 de maio de 2022 até 07 de maio 2023

- (a) Seguro de risco operacional, com apólice 1800002580133, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$ 70 milhões.
- (b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 16.51.0038752.12, pela Chubb Seguros Brasil, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$ 20 milhões.

24. Evento subsequente

A Companhia não possui evento subsequente.

25. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador, apresentada no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, de 28 de maio de 2021. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo		31/12/2022	Ajuste	31/12/2022
		Regulatório		Societário
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		19.195	-	19.195
Contas a receber de clientes		5.365	-	5.365
Tributos a recuperar		1.259	-	1.259
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i)	-	50.100	50.100
Despesas antecipadas		122	-	122
Depósitos judiciais e cauções		5	-	5
Total do Ativo Circulante		25.946	50.100	76.046
Não Circulante				
Tributos a recuperar		112	-	112
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i)	-	485.207	485.207
Imobilizado	(ii)	307.907	(307.874)	33
Intangíveis	(ii)	7.222	(7.222)	-
Total do Ativo Não Circulante		315.241	170.111	485.352
Total do Ativo		341.187	220.211	561.398
Passivo				
Circulante				
Fornecedores		8.469	-	8.469
Impostos corrente a pagar		377	-	377
Obrigações trabalhistas e sociais		-	-	-
Encargos setoriais		449	-	449
Empréstimos		6.108	-	6.108
Debêntures		437	-	437
Dividendos a pagar		8.602	-	8.602
Imposto de renda e Contribuição social a pagar		570	-	570
Provisão contingente		357	-	357
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(iii)	-	1.602	1.602
Total Passivo Circulante		25.369	1.602	26.971
Não Circulante				
Empréstimos		210.349	-	210.349
Debêntures		36.065	-	36.065
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(iii)	-	15.510	15.510
Total Passivo Não Circulante		246.414	15.510	261.924
Patrimônio Líquido				
Capital social		148.043	-	148.043
Reserva legal		10.828	-	10.828
Reserva de lucros		113.632	-	113.632
Prejuízos acumulados	(iv)	(203.099)	203.099	-
Total Patrimônio Líquido		69.404	203.099	272.503
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		341.187	220.211	561.398

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31/12/2021	Ajuste	31/12/2021
		Regulatório		Societário
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		10.503	-	10.503
Contas a receber de clientes		4.150	-	4.150
Tributos a recuperar		847	-	847
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i)	-	54.483	54.483
Adiantamentos diversos		94	-	94
Despesas antecipadas		128	-	128
Depósitos judiciais e cauções		5	-	5
Total do Ativo Circulante		15.727	54.483	70.210
Não Circulante				
Tributos a recuperar		112	-	112
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i)	-	465.817	465.817
Imobilizado	(ii)	317.476	(317.450)	26
Intangíveis	(ii)	7.222	(7.222)	-
Total do Ativo Não Circulante		324.810	141.145	465.955
Total do Ativo		340.537	195.628	536.165
Passivo				
Circulante				
Fornecedores		8.757	-	8.757
Impostos corrente a pagar		346	-	346
Obrigações trabalhistas e sociais		250	-	250
Encargos setoriais		288	-	288
Empréstimos		5.565	-	5.565
Dividendos a pagar		72.168	-	72.168
Imposto de renda e Contribuição social a pagar		438	-	438
Provisão contingente		868	-	868
Total Passivo Circulante		88.680	-	88.680
Não Circulante				
Empréstimos		218.714	-	218.714
Debêntures		34.625	-	34.625
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(iv)	-	16.700	16.700
Total Passivo Não Circulante		253.339	16.700	270.039
Patrimônio Líquido				
Capital social		70.875	-	70.875
Reserva legal		9.017	-	9.017
Reserva de lucros		97.554	-	97.554
Prejuízos acumulados	(v)	(178.930)	178.930	-
Total Patrimônio Líquido		(1.484)	178.930	177.446
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		340.537	195.628	536.165

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.
 (Valores expressos em milhares de reais)**

		<u>31/12/2022</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2022</u>
		<u>Regulatório</u>		<u>Societário</u>
Receita operacional líquida	(vi)	56.761	15.007	71.768
Custos dos bens construídos e serviços prestados	(vii)	(14.555)	9.575	(4.980)
Resultado operacional bruto		42.206	24.582	66.788
Despesas e receitas operacionais				
Outras despesas e Receitas operacionais		(2.177)	-	(2.177)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		40.029	-	64.611
Despesas financeiras		(27.130)	-	(27.130)
Receitas financeiras		1.470	-	1.470
Resultado financeiro líquido		(25.660)	-	(25.660)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		14.369	24.582	38.951
Contribuição social		(778)	-	(778)
Imposto de renda		(1.539)	-	(1.539)
Contribuição social diferida	(iv)	-	(145)	(145)
Imposto de renda diferido	(iv)	-	(268)	(268)
Resultado líquido do exercício	(ix)	12.052	24.169	36.221

		<u>31/12/2021</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2021</u>
		<u>Regulatório</u>		<u>Societário</u>
Receita operacional líquida	(v)	52.566	16.987	69.553
Custos dos bens construídos e serviços prestados	(vi)	(15.940)	(9.933)	(25.873)
Resultado operacional bruto		36.626	7.054	43.680
Despesas e receitas operacionais				
Outras despesas e Receitas operacionais		(5.736)	-	(5.736)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		30.890	7.054	37.944
Despesas financeiras	(viii)	(32.753)	(3.804)	(36.557)
Receitas financeiras		645	-	645
Resultado financeiro líquido		(32.108)	(3.804)	(35.912)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.218)	3.250	2.032
Contribuição social		(656)	-	(656)
Imposto de renda		(1.245)	-	(1.245)
Contribuição social diferida	(iii)	-	(37)	(37)
Imposto de renda diferido	(iii)	-	(473)	(473)
Resultado líquido do exercício	(ix)	(3.119)	2.740	(379)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Ativo de contrato e concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura – Serviços da implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão – Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto então sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção – Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considerando que para fins regulatórias, deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo as impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linha de transmissão são registrados como ativo imobilizado e intangível, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado e o ativo intangível da Companhia, foram reconhecidos como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais. As premissas específicas para o ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais, reconhecidos na contabilidade regulatória são garantir que não sejam refletidos os impactos da adoção do CPC 47 e que os valores estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

O intangível de concessão refere-se à alocação de mais valia decorrente das combinações de negócios registradas pela Companhia. Para fins societários, esse saldo é classificado como ativo de contrato.

(iii) Arredondamento

Ajuste de arredondamento referente a diferença na demonstração regulatória divulgada em 31/12/2021.

(iv) Impostos e contribuições sociais correntes e diferidos

Os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e CPC 06 (R2) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL correntes e diferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(v) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido societário	272.503	177.446
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(535.307)	(520.300)
Imobilizado, intangível e investimentos (CPC 47)	315.096	324.670
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos (CPC 47)	17.112	16.700
Patrimônio líquido regulatório	69.404	(1.484)

(vi) Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(vii) Custos e despesas operacionais

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de implementação de infraestrutura e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(viii) Despesas financeiras

As despesas financeiras com juros foram capitalizadas na contabilidade regulatória, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos, os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão devem ser registrados como despesa no período em que são incorridos, a menos que o concessionário tenha o direito contratual de receber um ativo intangível (direito de cobrar os

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

usuários dos serviços públicos). Nesse caso, custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão devem ser capitalizados durante a fase de construção, de acordo com aquele Pronunciamento Técnico.

(ix) Resultado líquido do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido societário	36.221	(379)
Receita bruta (CPC 47)	(15.007)	(16.987)
Custo operacionais - Materiais (CPC 47)	(9.575)	9.933
Despesa financeira - Arrendamento (CPC 06 (R2))	-	3.804
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	413	510
Resultado líquido regulatório	12.052	(3.119)



Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* * *

DIRETORIA EXECUTIVA

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora Financeira

Vagner Alexandre Serratto
Diretor de Operações

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9